

Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos

José D'Assunção Barros¹

Resumo: Este artigo busca discutir o que é uma fonte histórica, conceituando-a de maneira mais geral e relacionando-a mais especificamente com a necessidade de que, em uma pesquisa histórica, problema historiográfico e fonte histórica estejam intimamente relacionados. Na segunda parte do artigo, discutimos a variedade de diferentes tipos de fontes históricas, mostrando que, desde o século XIX e até hoje, os historiadores vêm expandindo consideravelmente a variedade de fontes históricas com as quais podemos lidar na pesquisa histórica. O artigo é conduzido para a elaboração de uma taxonomia relacionada aos diferentes tipos de fontes históricas.

Palavras-Chave: Fonte Histórica; Problema historiográfico; Historiografia; Metodologia; Documento histórico.

Historical Sources: an introduction to its definition, its role in the historian's work, and its variety of types

Abstract: This article seeks to discuss what a historical source is, conceptualizing it in a more general way and relating it more specifically to the need that, in historical research, historiographical problem and historical source are closely related. In the second part of the article, we discuss the variety of different types of historical sources, showing that, since the 19th century and until today, historians have considerably expanded the variety of historical sources that we can deal with in historical research. The article is directed to the elaboration of a taxonomy related to the different types of historical sources.

Keywords: Historical Source; Historiographic problem; Historiography; Methodology; Historical document.

Artigo recebido em 14/09/2020 e aprovado em 16/11/2020

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

Introdução

As fontes históricas estão situadas no cerne da metodologia da História: se não se encontram necessariamente no ponto de partida de toda operação historiográfica, certamente pulsam no seu centro vital, no âmago da possibilidade de se desenvolver uma verdadeira pesquisa ou uma reflexão historiográfica autêntica, tal como a fazem os historiadores. Conforme veremos neste texto, é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível “falar cientificamente” de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas. Sem fontes – e sem um trabalho metodológico adequado sobre elas – apenas podemos falar indiretamente sobre o que os diversos historiadores já disseram sobre este ou aquele tema histórico, mas nesse caso não completamos, ou sequer iniciamos, uma operação historiográfica autêntica. Para que fique clara a importância das fontes, pretendemos neste texto definir o que é fonte histórica, colocar em relevo o seu papel fundamental na História, e discorrer sobre a imensa variedade de fontes históricas que estão disponíveis aos historiadores^{II}.

Gostaria de começar por lembrar que, metaforicamente falando, as fontes históricas constituem uma espécie de “máquina do tempo” para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu “visor do tempo”, se pudermos tomar de empréstimo estas imagens que no momento ainda fazem parte da literatura ou filmografia de ficção científica. Uma vez que o historiador trabalha com sociedades que já desapareceram ou se transmutaram – ou, mais ainda, com processos que já se extinguíram ou que fluíram através de transformações que terminaram por atravessar os tempos até chegar ao presente produzindo novos efeitos – não existiria outro modo de perceber estas sociedades ou apreender estes processos senão a partir das chamadas “fontes históricas”, aqui entendidas como os diversos resíduos, vestígios, discursos e materiais de vários tipos que, deixados pelos seres humanos historicamente situados no passado, chegaram ao tempo presente através de caminhos diversos.

Se um dia tivermos tecnologias como as “máquinas do tempo” e os “visores do tempo”, os historiadores terão outras possibilidades de visitar o passado das diversas sociedades que lhes interessam, ou talvez a oportunidade de vislumbrar em telas de computador ou de TV imagens pertinentes aos diversos processos históricos que atravessaram o tempo da vida humana sobre a terra, e mesmo antes. À semelhança de um astrônomo que, no céu noturno, olha para as estrelas, e nesta operação captura com seus telescópios o brilho de astros que já desapareceram há milhões de anos, não acho impossível que se desenvolvam no futuro tecnologias capazes de apreender as luzes do nosso próprio passado planetário e humano. Basta pensar que, ancorados nessas primeiras décadas do século XXI, quando olhamos do Brasil para o céu noturno na direção do Cruzeiro do Sul, estamos enxergando na verdade luzes emitidas há quinhentos anos atrás, no tempo das grandes navegações e da chegada das caravelas portuguesas a estas terras que depois constituiriam o Brasil. Literalmente, ao olhar para estas e outras estrelas, estamos enxergando o passado. Mesmo o Sol que vislumbramos a cada instante, durante o dia, é o Sol de oito minutos atrás. Se considerarmos estes aspectos, sonhar com a possibilidade dos visores do tempo não é propriamente uma quimera. Será que os historiadores poderão se valer deste recurso, um dia?^{III}

Neste momento, no entanto, os historiadores não possuem outro visor do tempo que não sejam as próprias fontes históricas com as quais já estão acostumados a lidar desde os primórdios da historiografia. Para olhar para o passado e apreendê-lo de

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

alguma forma – mas, sobretudo, para compreendê-lo por dentro, permitindo-nos fazer interpretações adequadas sobre as relações humanas e sociais – precisamos analisar atentamente os vestígios e tudo o mais que este passado nos deixou. Estes vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas do passado em relação ao presente, como de manifestar continuidades entre as duas temporalidades sob formas as mais diversas – são as chamadas “fontes históricas”.

Podemos evocar mais uma imagem criativa. Imaginem que o presente, do ponto de vista do historiador, seja um pequeno quarto em um apartamento num edifício, e que o lado de fora – toda a imensidão que se estende diante das janelas deste edifício e que continua além – seja o passado. No quarto do Presente está situado o observador, olhando pela janela e tentando compreender e refletir sobre a história ao contemplar as cenas do passado que se desenvolvem à sua frente. Se voltarmos à imagem do visor, também podemos pensar nessa vastidão passada como o outro lado da tela, como o grande oceano de processos e acontecimentos que são observados. O historiador não está, ele mesmo, no Passado; ele está no Presente, em seu pequeno quarto, e precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo – sendo que estas ações que ele deverá realizar estarão obrigatoriamente ancoradas no seu próprio ponto de vista.

O ponto de vista do historiador, a propósito, não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro, além do seu modo de ver específico, com todos os seus limites e potencialidades. Se ele é, no seu Presente, um ser humano preocupado com as violências de gênero, talvez seja atraído para buscar, nessa vastidão de possibilidades que se estende à sua frente, as ações opressivas que um dia se deram contra as mulheres, ao lado das heróicas ou vitimadas resistências que foram por elas geradas. Se ele se preocupa com a má distribuição da riqueza em seu Presente, talvez tenha interesse em perscrutar na paisagem passada os cenários de desigualdades sociais, os vilões, heróis e vítimas destes processos (que, por sinal, talvez sejam heróis, vilões e vítimas apenas aos seus olhos – os olhos de um indivíduo mergulhado em um Presente já bem distinto do Passado que está sendo contemplado). O que eu quero dizer, e poderia evocar muitos outros exemplos, é que o olhar deste historiador (e não daquele outro) dirige-se especificamente para certos lugares e cenários da paisagem, e também vai filtrando tudo o que vê de acordo com as suas próprias singularidades de indivíduo que observa. Por isso mesmo, ao tomar consciência da história, o historiador também precisa tomar consciência de si mesmo. Costumo pensar que, para realizar adequadamente a operação historiográfica, o historiador também precisa “lembrar-se de si”, com vistas a compreender com plena consciência o seu próprio lugar na operação historiográfica. De todo modo, ao olhar pela janela, ali está ele literalmente olhando para o passado, e o que vê é produto de uma grande complexidade de aspectos objetivos e subjetivos. De todo modo, ele está olhando para o Passado.

Esse Passado-Presente que o historiador observa, se sairmos por um instante de nossa metáfora, é o universo das fontes históricas. O olhar específico do historiador comporta muitas possibilidades diferentes de interpretá-las, e certamente interdita um número equivalente de outras. Entrementes, ao olhar “pela janela” das fontes, o historiador se coloca diante de uma paisagem de época – a qual pode ser constituída por textos, objetos, fotografias, ou uma grande variedade de outros tipos de vestígios que chegaram até ele. É por isso que podemos dizer que, através das fontes, o historiador está olhando para o Passado, uma vez que quem escreveu o texto sobre o qual ele agora

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

se debruça para compreender uma outra época foi de fato um indivíduo daquela mesma época. Se aquilo que ele contempla é um objeto de cultura material, os materiais que o constituem foram amalgamados também no passado; a forma mesma que lhe foi atribuída assim se realizou efetivamente pelas mãos de um artesão da época considerada; ou, ainda, em se tratando de um objeto industrializado, foram máquinas de anos atrás que produziram tal objeto em meio a uma série de outros muito similares, da mesma forma que tal objeto foi posto a venda nesta mesma época para atender a demandas de consumo que então existiam. Este objeto – como o texto – pode ter atravessado o tempo e se colocado à disposição do olhar investigativo do historiador; mas ele vem do passado, embora tenha continuado a existir no presente.

Suponhamos, de volta à nossa metáfora do “visor do tempo”, que o nosso historiador está olhando neste momento para o Antigo Egito. Ele tem diante de si as pirâmides – que até hoje estão presentes no cenário planetário e que dão testemunho daquela magnífica civilização. De igual maneira, ele tem diante de si os textos escritos nas paredes das pirâmides, ou então em papiros antigos, mas que já podem ter tido os seus conteúdos transferidos para coletâneas modernas de fontes impressas ou digitalizadas, e até mesmo ter sido traduzidos para diversas línguas. Diante desta paisagem trazida pela “janela das fontes”, este historiador escreve a sua obra historiográfica sobre o Antigo Egito – não apenas descrevendo os aspectos objetivos da civilização egípcia no período de alguma dinastia faraônica, e não somente enunciando os fatos mais conhecidos, mas também os interpretando, problematizando-os, formulando hipóteses, introduzindo comparações com outras antigas civilizações, propondo explicações para que possamos compreender porque as coisas aconteceram de uma maneira e não de outra. Oferecer ao seu leitor não apenas estes vislumbres do passado, mas também uma interpretação sobre o mesmo conforme um olhar de nosso tempo e os recursos de uma ciência historiográfica, é a função dos historiadores.

Suponhamos agora que outro indivíduo, um curioso certamente interessado em história, comece a estudar o Antigo Egito a partir da obra de História que acabou de ser escrita pelo historiador que acompanhamos, nos últimos parágrafos, em sua paciente e inteligente observação do Passado através das fontes. O interesse deste segundo indivíduo é sincero e mesmo científico, e por isso ele passa a ler também obras de outros historiadores, e mais outros. Ao final de seu estudo, ele sintetiza o que leu em todos estes historiadores e resolve falar ou escrever um pouco sobre o Antigo Egito, chegando a produzir o seu próprio livro. Este segundo livro, embora tenha se baseado em obras sérias de historiadores competentes, não é mais uma obra derivada de uma operação historiográfica autêntica. O segundo autor, de fato, não olhou diretamente pela “janela do tempo” – isto é, para as fontes – mas sim para as obras produzidas pelos demais historiadores. Ele apenas olhou indiretamente para o Antigo Egito. Não olhou pela janela do tempo, mas sim para o que foi escrito por alguém que olhou diretamente através da janela. Há uma diferença muito importante entre a obra que foi escrita a partir de uma análise considerável de materiais provenientes da época que está sendo examinada – ou seja, as fontes históricas do período – e uma obra que apenas se aproximou indiretamente do problema, valendo-se exclusivamente de obras de outros historiadores. A diferença é precisamente o trabalho com as fontes – esse tipo de trabalho específico que configura o historiador em toda a sua plenitude e integridade. As fontes, como podemos ver, estão no cerne de toda autêntica operação historiográfica.

Compreendido isto, podemos passar a uma nova pergunta. O que são, mais propriamente, essas fontes históricas que são tão essenciais para os historiadores? De

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

que maneiras é possível trabalhar com elas, e delas extrair não apenas informações, mas também as mais variadas vozes do passado? Devemos acreditar no que dizem as fontes, ou delas desconfiar? Como tornar essa desconfiança uma atitude “científica”? Como, ao estender nossas ambições para além da própria *ciência*, poderemos aperfeiçoar a *arte* de compreender o passado (e o presente) através das fontes – sejam estas as deixadas voluntariamente pelos seres humanos, sejam as que nos chegaram involuntariamente? Estas são algumas das perguntas centrais sobre as quais pretendemos refletir.

Definição de Fonte Histórica

“Fonte Histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural (BARROS, 2019, p.15).

Este imenso conjunto de vestígios – dos mais simples aos mais complexos – constitui o universo de possibilidades de onde os historiadores irão constituir as suas fontes históricas. Também é verdade que os grandes processos naturais e planetários, mesmo sem a interferência originária do homem (mas incidindo sobre este), podem produzir vestígios que oportunamente poderão conformar fontes históricas. A ocorrência astronômica de um eclipse, e a sua menção em um documento antigo, pode contribuir para datarmos com precisão um certo acontecimento. Os terremotos que foram gerados por movimentos das placas tectônicas podem produzir destruições em cidades e deixar resíduos que poderão ser escavados mais tarde como fontes históricas. As subidas e descidas no nível do mar, ou os engrossamentos nas camadas de troncos de árvores centenárias – indicativos de um clima mais frio – podem também ser abordados como fontes históricas. Por ora, todavia, vamos nos ater mais especificamente às fontes históricas produzidas diretamente pela ação e existência humanas.

No sentido que indicamos no parágrafo anterior, são fontes históricas tanto os já tradicionais *documentos textuais* (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador. Incluem-se como possibilidades documentais (ou, mais precisamente, no âmbito do que chamamos de *fontes históricas*) desde os *vestígios arqueológicos* e outras fontes de *cultura material* – a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, os monumentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana – até *representações pictóricas*, entre outras fontes imagéticas, e as chamadas fontes da *história oral* (testemunhos colhidos ou provocados pelo próprio historiador que conduz a sua investigação historiográfica). De igual maneira, as investigações sobre o genoma humano fizeram do corpo e da própria genética uma fonte histórica igualmente útil e

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

confiável, que inclusive permitiu que os historiadores passassem a ter acesso aos primórdios da aventura humana sobre a Terra, forçando a que se problematizasse aquele antigo conceito de “pré-história” que antes parecia isolar toda uma região da realidade um dia vivida que parecia até então interdita ao ofício dos historiadores^{IV}.

Podemos lembrar ainda que, a partir do século XX, quando a Geografia e a História passaram a atuar mais interdisciplinarmente, mesmo uma paisagem natural passou a ser encarada como uma possibilidade documental (BARROS, 2017), o que já começa a aparecer nas obras hoje clássicas de historiadores como Marc Bloch (1931) e Fernand Braudel (1949). O mesmo se pode dizer das relações entre a História e a Linguística, que trouxeram os próprios fatos da língua para o campo das evidências históricas, e algo análogo ocorre com as perspectivas que se produziram na confluência entre História e Antropologia, as quais permitem que se abordem como fontes históricas as evidências e heranças imateriais, já sem nenhum suporte físico e concreto, tais como as festas dramáticas populares e os ritos religiosos que se deslocam e perpetuam-se tradicionalmente na realidade social, ou ainda como os sistemas integrados e reconhecíveis de práticas e representações, os gestos e modos de sociabilidade, os bens relacionáveis ao chamado ‘patrimônio imaterial’ (modos de fazer algo, receitas alimentares, provérbios e ditos populares, anedotários, apenas para citar exemplos). As fontes históricas, enfim, não precisam ser – não *necessariamente* – materiais no sentido tradicional desta palavra. Nos dias de hoje, inclusive, começa a se abrir para o tratamento historiográfico um enorme universo virtual produzido pelos ambientes da Internet. Estes registros virtuais, que serão cada vez mais analisados pelos futuros historiadores como objeto de estudo e abordados como fontes históricas para a investigação sobre temáticas diversas, devem ser vistos como possuidores da mesma qualidade de fontes históricas que os tradicionais documentos registrados no suporte papel.

É certo que precisou haver um longo e complexo desenvolvimento historiográfico até que se chegasse ao momento em que, para além dos documentos e fontes concretizadas em papel ou qualquer outro material, fossem também admitidas as ‘fontes imateriais’ como campos de evidências das quais poderia o historiador se valer. De todo modo, pode-se dizer que, na atualidade, não há praticamente limites para um historiador quanto às suas possibilidades de transformar qualquer coisa em fonte histórica. Um repertório de gestos, por exemplo, pode ser revelador de permanências do passado. Lembremos o hábito de cumprimentar tirando o chapéu, que provém do repertório de atitudes medievais: quando um cavaleiro cumprimentava o outro, tirava o elmo em sinal de que suas intenções eram pacíficas (sem o elmo, peça bélica defensiva, ele manifestava algo como uma proposta de desarmamento). Foram-se as batalhas e os elmos, e veio a galante sociedade oitocentista dos chapéus burgueses. O gesto, contudo, manteve-se incrustado no repertório de atitudes, e mesmo com os chapéus em desuso ainda permanece nos dias de hoje como um movimento que toca a testa como que para tirar o “elmo imaginário”. É assim que, em certos hábitos enraizados, expressos na vida cotidiana e na prática comportamental – também aí poderemos ir buscar uma fonte, uma evidência ou um testemunho do passado.

Um vocabulário em disputa: fontes e documentos

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

Antes de prosseguir, quero esclarecer alguns dos termos que estamos utilizando neste livro. Falei atrás, em alguns momentos, em ‘fontes históricas’ e em ‘documentos históricos’. Estas palavras costumam ser empregadas, nos meios historiográficos, como sinônimos. São ‘fontes’ ou ‘documentos históricos’ tanto os textos escritos de todos os tipos, como também o são as fotografias, os objetos de cultura material ou quaisquer outros conteúdos e materiais que os historiadores utilizem como vestígios para apreender a história um dia vivida e para, concomitantemente, escreverem a História no outro sentido, o de produto de um campo de saber.

O que ocorre é que a palavra ‘documento histórico’ era muito empregada desde o século XIX, quando os historiadores utilizavam como fontes de informação e como caminhos de análise, de modo muito mais preponderante, alguns tipos de textos como aqueles produzidos pelas instituições, pelos organismos do Estado e dos poderes constituído; ou, ainda, como as crônicas de época oficiais patrocinadas por estes mesmos poderes, entre outras possibilidades. Essa escolha de fontes era essencialmente orientada por um modelo específico de História Política que perdurou amplamente no primeiro século da historiografia científica. Por causa do amplo predomínio da produção textual no universo que os historiadores tomavam como o seu conjunto de fontes históricas – e também por causa da enfática ideia de *prova* que estes textos assumiam no trabalho dos historiadores – a designação ‘documento histórico’ surgiu como uma tendência no vocabulário historiográfico, o que inclusive parecia aproximar do trabalho dos juristas o tipo de trabalho que os historiadores desenvolviam. A palavra *documento* é ela mesma resíduo de um tipo de História que se fazia em um período anterior.

A prática historiográfica foi mudando bastante, ao adentrar novas possibilidades teóricas e metodológicas, da mesma forma que o universo de fontes possíveis aos historiadores, conforme veremos neste livro, foi se expandindo para muito além do tipo de textos que os historiadores utilizavam até o século XIX. Expandiu-se, inclusive, para além das possibilidades meramente textuais, como já ressaltado. Por causa disso, a palavra ‘documento’, que estava já bastante incorporada ao metier do historiador, foi também expandindo seus sentidos possíveis. Começou-se a se entender que tanto um texto (um documento estatal ou uma receita de bolo) como um objeto material (uma cadeira, por exemplo), ou ainda uma foto ou uma canção, são todos ‘documentos’, neste sentido ampliado. Essa extraordinária expansão do universo das fontes históricas, que abordaremos no momento oportuno, assim como a concomitante flexibilização de sentidos a partir daí proporcionados pela palavra ‘documento’, favoreceram o surgimento de outra palavra muito evocada nos dias de hoje para os mesmos conteúdos, materiais, vestígios e indícios que os historiadores tinham passado a chamar de ‘documentos históricos’. “Fonte” (ou ‘fonte histórica’) é este termo mais fluido que passou a ser empregado alternativamente à palavra ‘documento’.

Pessoalmente, acredito que essa nova expressão tenda a substituir mais amplamente, no futuro próximo, o uso da palavra ‘documento histórico’, uma vez que esta última apresenta uma origem mais restrita e mais bem acomodada aos tipos de textos – frequentemente documentos escritos demarcados pelas instituições oficiais e encontráveis nos arquivos – com os quais os historiadores costumavam trabalhar mais no século retrasado, na sua cuidadosa e obstinada busca de informações. De todo modo, pode-se dizer que, nos dias de hoje, ‘fontes históricas’ e ‘documentos históricos’ (neste último caso considerando a palavra com o seu sentido estendido) são expressões praticamente sinônimas no âmbito mais específico da historiografia. Neste texto,

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

utilizaremos alternadamente uma ou outra destas expressões, entre outras que aparecerão mais eventualmente, mas basicamente estaremos nos referindo em um caso e outro à mesma coisa.

Por fim, resta salientar que são ainda comuns, nos atuais meios historiográficos, outras expressões como “vestígios” e “registros históricos”. Este último termo tem como vantagem a referência ao aspecto informacional de diversas das fontes históricas; e como desvantagem o fato de que deixa de fora o aspecto não-voluntário de outros tipos de fontes. Já a expressão “vestígios” – uma palavra que parece aproximar da historiografia a investigação criminal ou a prática arqueológica – é bastante adequada para lançar luz sobre o fato de que muitas fontes são efetivamente produtos ou resíduos de sociedades e processos que já desapareceram ou findaram; mas deixa-se de iluminar o fato de que outro enorme setor de fontes históricas possíveis é constituído por textos e objetos que ainda estão em uso e se beneficiam de releituras ou reapropriações nas sociedades contemporâneas. Além disso, é importante lembrar que, até o século XIX, também a palavra “monumento” foi muito empregada com o sentido historiográfico de “documento” (LE GOFF, 1990, 535-549).

Variados tipos de fontes: a conquista da diversidade

Desde já, é oportuno ressaltar que a ampliação documental – ou a crescente multidiversificação das fontes históricas – foi uma conquista gradual dos historiadores. Verificou-se, mais intensamente, à medida que a historiografia expandia seus limites no decurso do século XX. O historiador moderno, contribuindo para uma incessante renovação do seu próprio saber, adotaria no mundo contemporâneo novas perspectivas, passaria a dispor de novos métodos e a contar com o diálogo e intercuro de outras disciplinas como a Geografia, a Linguística e a Psicologia – apenas para mencionar três campos relacionados aos exemplos antes expostos: a paisagem, a palavra e o gesto. Tudo isto e mais o interesse por novos objetos, até então negligenciados pela História tradicional, fez com que a historiografia contemporânea se encaminhasse para necessitar cada vez mais de outros tipos de fontes que não só as tradicionais crônicas e os habituais registros arquivísticos.

Assim, se os arquivos oficiais continuam a ser fundamentais para o trabalho dos historiadores, eles estão longe de serem suficientes para fornecerem tudo o que os historiadores necessitam para o seu trabalho. Na verdade, a questão de pesquisar ou não em fontes de arquivos tem muito mais a ver com o objeto específico ou com os problemas históricos que estão sendo examinados do que com qualquer outra coisa^V. Por isso, conforme já ressaltai anteriormente, este aspecto está algo ligado à gradual imposição da expressão fonte histórica em detrimento da antiga ideia de ‘documento histórico’ – expressão mais afinada com a historiografia do século XIX por estar muito relacionada tanto aos arquivos que na época começaram a ser organizados mais sistematicamente, como também à maneira como se concebia a História naquele momento.

De fato, quando lançamos um olhar mais longo sobre a historiografia predominante no século XIX, podemos notar que se esperava essencialmente, nesta primeira fase da historiografia científica, que o historiador documentasse – ou mesmo comprovasse no sentido mais especificamente jurídico – as afirmações que fizesse no decorrer de sua narrativa histórica. A ideia de que o historiador deve “provar” tudo o que diz, muito referencial no imaginário historiográfico da época, seria depois

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

substituída pela ideia mais corrente de que o historiador deve “demonstrar” tudo o que afirma – uma diferença sutil mas significativa para as novas posturas historiográficas.

Acrescento – ao que já foi discutido até aqui sobre a tendência cada vez mais saliente de predomínio da expressão ‘fonte histórica’ – o fato de que o historiador de hoje não costuma mais esperar, dos materiais e evidências que lhes chegam do passado, *apenas* ou necessariamente uma “prova”, encarando também as fontes como discursos a serem analisados ou como redes de práticas e representações a serem compreendidas. A História – na mesma medida em que deixou de ser limitadamente factual em favor de uma nova historiografia principalmente interpretativa – não se interessa tão somente em oferecer informações, descrever acontecimentos ou encadear eventos, mas também, e principalmente, em elaborar interpretações demonstráveis e bem fundamentadas sobre os processos históricos, em propor hipóteses, em promover análises, problematizar^{VI}.

Onde começa a História: no problema ou na fonte?

Este passo nos leva a uma questão crucial. Um famoso dito proferido pelo historiador francês Charles Seignobos (1854-1942) - em um manual escrito no trânsito do século XIX para o XX - costumava resumir a preocupação dominante da velha historiografia: “sem documentos, não há História”^{VII}. Seu conterrâneo Lucien Febvre (1858-1956), já um historiador de novo tipo e pertencente a uma nova geração historiográfica, confrontou este dito com outro igualmente importante: “sem Problema, não há História” (FEBVRE, 1953). Esta nova e emblemática sentença, em um artigo mais tarde reunido na coletânea "Combates pela História", foi muito representativa do alvorecer de uma nova historiografia.

Venerar o documento como o princípio essencial e único da operação historiográfica, tal como pareciam propor alguns historiadores tradicionais como Seignobos e Langlois, podia trazer a reboque a ideia incorreta de que os documentos já estão prontos, à espera do historiador, e de que os mesmos conteriam informações imobilizadas, prontas para serem extraídas da documentação à maneira da pérola que se obtém da ostra^{VIII}. Ao contrário, ao situar o problema como o princípio de tudo, Lucien Febvre chama atenção para o fato de que a própria documentação é delimitada ou constituída pelo historiador a partir do problema histórico que ele tem em vista, e no próprio ato da operação historiográfica. Além disso, o que se pode buscar neste ou naquele documento histórico também dependeria essencialmente do problema. Sem reduzir-lhe a importância, esta dessacralização do documento – e, sobretudo, do chamado ‘documento de arquivo’ – foi decerto muito importante a seu tempo^{IX}.

No seio de uma nova história-problema, hoje já francamente estabelecida, as fontes históricas assumem novos papéis, para além da mera disponibilização e comprovação de conteúdo informativo. As fontes não seriam meros registros repletos de informações a serem capturadas pelos historiadores, mas também diversificados discursos a serem decifrados, compreendidos, interpretados. Não mais seriam apenas uma solução para o problema, mas parte do próprio problema. Nas fontes, espelhos de dupla face, poderíamos ver o passado, mas também a nós mesmos. Não mais um solene ponto de partida ou de chegada – o *big-bang* místico a partir da qual é gerada a operação historiográfica, ou o Santo Graal finalmente encontrado depois de obstinadas aventuras – as fontes seriam, sim, um lugar movente no qual o historiador interage com as ressonâncias deixadas pelas sociedades e processos que decidiu examinar. Neste sentido, as fontes são como que pontos de encontro, portais através dos quais se tocam

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

duas épocas. Elas são o “passado-presente”, para aqui empregar uma feliz expressão cunhada pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (1979).

Por tudo isto, quero propor um pequeno ajuste, um novo dito que permitirá reunir os dois anteriores: “sem o encontro entre um problema e suas fontes possíveis, não há História”. Para construir História, não basta uma ideia na cabeça, ou tampouco ter uma fonte nas mãos. Estas duas condições são necessárias; mas, isoladas, não são insuficientes. Para se fazer História adequadamente e dentro do que se espera de uma historiografia científica, o que se precisa é assegurar uma espécie de entrelaçamento entre estas duas instâncias. É deste encontro entre o Problema e a Fonte, envolvido pela vontade de fazer a História, que tudo começa. É verdade, por outro lado, que o problema constitui há fonte, uma vez que as fontes históricas não existem em estado pronto e acabado à espera dos historiadores. Constituir uma fonte é deslocar algumas certidões de nascimento ou casamento que se acham trancadas em um arquivo e transformá-la em uma série que passa a dizer alguma coisa que, isolados, estes documentos não diziam antes. Constituir uma fonte é retomar um processo criminal não mais para prender um criminoso, mas sim para abrir uma fresta que permite contemplar em detalhes minuciosos a vida cotidiana de um indivíduo comum do século XVI. Constituir fontes – conforme muitos outros exemplos que poderiam ser dados – é deslocar os documentos de seus locais e funções originais, ou trazê-los à tona de seu oceano silencioso, e iluminá-la com novos problemas. Sim, o problema constitui a fonte. Mas, por outro lado, um passado-presente que chegou até nós sob a forma de um texto ou de um objeto, de uma fotografia ou de um vestígio de qualquer tipo, também pode inspirar ou recolocar problemas para os historiadores. O problema e a fonte, por assim dizer, constituem um ao outro em uma relação dialética. Uma vez iniciada a operação historiográfica, o historiador não para mais de reconstituí-los, de recolocá-los um diante do outro, de redefini-los conforme as luzes mútuas que a fonte e o problema fazem incidir um sobre o outro.

Ao compreendermos o papel central que o problema e a fonte desempenham na possibilidade de se escrever história, atingimos o mais íntimo âmago da palavra “fonte”. Podemos finalmente compreender por que esta é a expressão ideal que se apresenta para se referir, de maneira adequada, ao extremamente vasto conjunto de documentos, vestígios e ressonâncias que, aos historiadores, se oferecem para a percepção da passagem da vida humana pelo espaço-tempo e para a compreensão dos processos históricos por ela gerados. “Fonte”! Fascinante palavra que tanto remete ao *fluir* (“as fontes dos rios”) como à ideia de *princípio* (“fonte da vida”, “fonte de energia”, “fonte da informação”). Para os historiadores, de fato, as fontes podem e devem ser duplamente associadas à *fluência* e ao *princípio*. Sim, as fontes constituem de alguma maneira um dos princípios da História, que sem elas não seria possível; mas elas também são intrinsecamente o que assegura o próprio *fluir* do discurso do historiador – um tipo de texto no qual tudo almeja ser demonstrado passo a passo, revivido quando possível, imaginado quando necessário, problematizado sempre. Um tipo de texto simultaneamente científico e artístico no qual se assegura ao leitor a possibilidade singular de transitar entre duas ou mais épocas distintas: a do próprio historiador, de onde surgem os problemas demandados pelo seu próprio tempo, e aquelas épocas que já desapareceram, ao deixarem uma infinidade de vestígios. No *fluir* das fontes, a História encontra a própria história.

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

Tipologia das Fontes

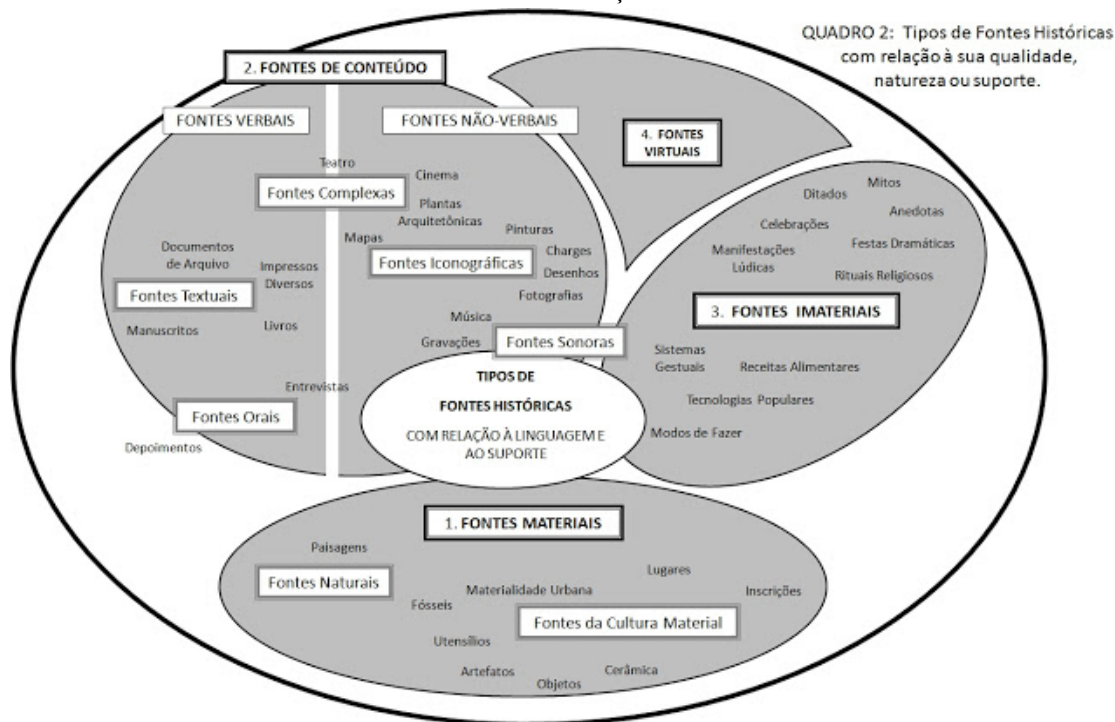
Muitos historiadores se empenharam em inventariar os diferentes tipos de fontes históricas – ou mesmo construir taxonomias relativas a fontes históricas, as quais, à maneira das bem conhecidas taxonomias biológicas que descrevem em pormenor a variedade de diferentes espécies vivas, deveriam ser capazes de descrever e ordenar os diferentes tipos de fontes históricas e de situá-las uma em relação com as outras, e todas no interior de um universo mais amplo que nada deixasse escapar em termos de diferentes tipos de fontes históricas^X. De minha parte, também me empenhei em construir a minha própria taxonomia - ou o meu próprio panorama de diferentes tipos de fontes históricas - e a expus no livro *Fontes Históricas - uma introdução aos seus usos historiográficos* (2019).

Minha escolha pessoal para uma taxonomia das fontes históricas, cuja proposta seria a de se mostrar operacional para os tempos contemporâneos, opta pela divisão das fontes conforme os seus *suportes* e *linguagens*. O mesmo critério permitiria posteriormente novas divisões, e no livro atrás mencionado (*Fontes Históricas - introdução aos seus usos historiográficos*), cheguei a uma taxonomia completa, ao mesmo tempo em que pude elaborar uma reflexão de profundidade acerca das diversas modalidades e gêneros de fontes históricas disponíveis nos dias de hoje, com suas ligações às respectivas metodologias possíveis. Veremos, de saída, que há um grande conjunto dos diversos tipos de fontes que podem se adequar a categorias relativas aos seus suportes, possibilidades de suportes ou mesmo a inexistência de suportes. As ‘fontes materiais’, aquelas que interessam como objetos mesmos, podem ser contrastadas, por exemplo, com a constelação de categorias que chamei de ‘fontes de conteúdo’, as quais interessam principalmente pelas suas mensagens e conteúdos mas que, de todo modo, admitem também suportes.

Vamos aclarar neste momento, com um esquema bem definido, a nova proposta taxonômica. O ‘Quadro 1’, disponibilizado abaixo, foi elaborado de modo a retratar a complexidade das fontes históricas no que concerne aos diversificados suportes (ou não-suportes) que a elas estão relacionados. Além disso, procuramos dar conta das linguagens que se entrecruzam com estas possibilidades de suportes. Na organização esquemática proposta pelo ‘Quadro 1’, podemos ver três grandes campos de maior destaque, que denominamos respectivamente (1) ‘fontes materiais’, (2) ‘fontes de conteúdo’, e (3) ‘fontes imateriais’. Os tempos recentes, anunciadores e portadores de uma autêntica revolução digital e informática que terminou por se espriar por todo o planeta, levam-nos a admitir como fontes para a história contemporânea também um universo digital que simplificaremos com a designação ‘fontes virtuais’ (4)^{XI}.

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS



Quadro 1: Uma taxonomia das fontes históricas, apoiada nos critérios dos suportes e das linguagens

No âmbito das ‘fontes de conteúdo’, conforme se pode observar no quadro proposto, e consoante o que já havíamos aventado anteriormente, concebemos uma partição em dois hemisférios laterais, de modo a melhor ressaltar que de um lado existem as ‘fontes verbais’, amplamente utilizadas pelos historiadores de todas as épocas, e de outro lado as ‘fontes não-verbais’, cujo uso historiográfico tem crescido muito nos tempos recentes. Como o próprio nome já diz, as fontes não-verbais ultrapassam o horizonte da linguagem verbalizada, seja ela escrita ou falada, e alcançam outros tipos de linguagens e formas de expressão, principalmente centradas na exclusividade ou predomínio da ‘imagem’ ou do ‘som’. Ao mesmo tempo, um grupo importante que chamei de ‘fontes complexas’ procura abarcar os gêneros de realizações culturais – e de fontes históricas – que reúnem dentro de si mais de uma linguagem, sendo que o grande *exemplar*^{XII} desta multiplicidade coordenada de linguagens é o Cinema, já que uma fonte fílmica contém verbalização (falada e escrita), imagem (seja a imagem-movimento, seja a imagem fixa das cenografias), e, por fim, o som (sob a forma de música, trilha sonora, sonoplastia e outras). Inclui-se também aqui a performance, através da atuação dos atores, o que implica todo um sistema gestualizações, modos de expressão diversos, linguagens corporais, entre outros aspectos performáticos. O Teatro acompanha este exemplar em muitos aspectos. Também podemos ter um exemplo de fonte complexa com os Quadrinhos (HQ), por envolverem um encontro criativo de linguagens como o Desenho e a Verbalização Escrita – encontrando suas próprias formas e fórmulas para articular estas duas linguagens de modo a não apenas expor imagens, mas também representar o movimento, o som, as emoções, o ambiente natural e psicológico, a passagem do tempo e a simultaneidade.

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

Vamos deixar que nosso olhar se retenha, por ora, no âmbito das ‘fontes de conteúdo’. No interior de cada hemisfério (fontes verbais e fontes não-verbais) situamos alguns retângulos maiores, os quais expressam algumas categorias de fontes com relação aos tipos de suporte e à linguagem por elas empregados: escrita, oralidade, imagem, som. Nas palavras menores, sem quadratura, registramos alguns gêneros de fontes que podem ser agrupados no interior destas categorias mais amplas, ou mesmo entre elas, se considerarmos o caso das fontes complexas. Assim, os manuscritos, documentos de arquivos, livros e impressos diversos acomodam-se ou giram em torno da categoria das ‘fontes textuais’. Mais adiante, veremos que será preciso avançar para outra linha de reflexões, de modo a que possamos compreender mais adequadamente as fontes textuais, pois existem diferentes gêneros de textos como os tratados comerciais, processos criminais, ensaios, obras literárias, testamentos, certidões, diários, relatos de viagem, apenas para dar exemplos de alguns itens relacionáveis a uma diversidade realmente muito grande de distintos gêneros textuais. Esta segunda diversidade será exposta no próximo quadro (2), já relacionado às ‘fontes textuais’.

Por enquanto, como o que nos interessa neste momento é principalmente falar sobre a combinação entre os suportes e as modalidades mais amplas de linguagens (verbal, imagística, sonora, digital), vamos apenas entender as fontes textuais nos termos de divisões mais simples como os ‘manuscritos’ e ‘fontes impressas’ (os ‘documentos de arquivo’ e os ‘livros’, na verdade, não deixam de ser submodalidades de fontes impressas, lembrando-se ainda que, nos tempos mais recentes, surgiu a possibilidade das fontes digitalizadas e disponibilizadas na rede mundial de computadores).

As ‘fontes textuais’, as ‘fontes orais’, as ‘fontes iconográficas’ e as ‘fontes sonoras’ (incluindo aqui não apenas as ‘fontes musicais’, mas também gravações de todos os tipos) podem ser compreendidas, tal como já ressaltamos, como subcategorias das já mencionadas ‘fontes de conteúdo’. Para os historiadores, esta primeira variedade de fontes adquire importância, principalmente, pelo conteúdo que transmitem. Isto posto, é importante considerar que estas ‘fontes de conteúdo’ também podem apresentar um suporte qualquer, ou uma materialidade que permite que o conteúdo seja exposto de uma maneira ou de outra. Se não houver um suporte material tradicional, como o suporte-livro ou qualquer outra forma de materialidade impressa, ao menos deve ocorrer ou ser assegurada a ocorrência de um meio de transmissão qualquer para este conteúdo. A oralidade e a virtualidade são dois exemplos de transmissores substitutivos de suportes materiais, pois um poema sempre pode ser recitado por alguém que o memorizou, ou transmitido instantaneamente pela Internet.

As quatro modalidades básicas de fontes de conteúdo também implicam em diferentes tipos de linguagens que devem ser bem compreendidas, conforme já veremos, pois a escrita e a verbalização oral trazem implicações bem distintas quando comparadas àquelas que são trazidas pela imagem ou pela sonoridade. Uma fonte textual, por exemplo, apresenta-se frequentemente em suporte livro, jornal, revista, ou qualquer outro. Nos dias de hoje, conforme já assinalamos, o mesmo texto que está registrado nas páginas de um livro também pode ser transmitido via Internet, adquirindo uma existência virtual, ou pode ser registrado em CDs e DVDs, assumindo uma existência digital. Não obstante, o que interessa principalmente na fonte textual, quando esta é utilizada pelo historiador, costuma ser essencialmente o seu conteúdo, ainda que uma reflexão sobre o suporte original de um texto possa ou deva também ser

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

incorporada à análise historiográfica, tal como têm proposto autores como Roger Chartier (1994) e Alberto Manguel (2004) em suas reflexões sobre a modalidade 'livro'.

De igual maneira, podemos apreender diretamente ou indiretamente cada texto hieroglífico desenhado nas paredes de uma pirâmide, ou que se encontre talvez registrado em um papiro originário do Egito antigo. Em cada um destes casos, o historiador precisará ter consciência de que suporte trará eventualmente implicações bastante importantes para a análise historiográfica, embora o principal da análise se volte mesmo para o conteúdo, ao menos nos casos em que a mensagem textual for o principal objetivo historiográfico. Ou seja, os historiadores devem considerar em suas análises que há implicações concernentes ao fato de um texto ter sido escrito originalmente no suporte livro, em suporte papiro, nas paredes de uma pirâmide ou em um muro urbano; mas, de todo modo, ainda assim eles poderão aqui analisar textos e imagens que importam muito mais pelo seu conteúdo.

Considerar o suporte, em algum nível, é importante, sim, para a análise historiográfica. O autor de um grafite clandestino, por exemplo, precisou materializar a sua mensagem escrita de maneira muito rápida, de modo a não ter corrido o risco de ser capturado pela polícia. O papiro apresenta formas de degradação e preservação distintas do papel moderno, utilizado no livro, e este atende também aos ditames editoriais, que trabalham para transformar o objeto livro em algo atraente para o seu provável consumidor. O suporte, enfim, é importante. Não obstante, não há de fato como negar que, nas 'fontes de conteúdo' – como, por exemplo, as fontes textuais – o conteúdo ou a mensagem situam-se diretamente no centro da análise, ao contrário do objeto de cultura material que estiver sendo analisado de um ponto de vista arqueológico, no qual a análise da materialidade ocupa uma posição fundamental na interpretação do objeto.

O suporte, além disso, não deve ser apenas considerado para o caso das fontes textuais. Também a 'fonte iconográfica' – uma pintura, por exemplo – é sempre produzida originalmente em um suporte, como é o caso dos 'quadros' em óleo sobre tela que afloram na pintura ocidental a partir do Renascimento italiano. Mais ainda: este suporte é único, de maneira que só existe uma única *Mona Lisa* original produzida em 1503 pelo pintor renascentista Leonardo da Vinci (1452-1519). Entrementes, a verdade é que a imagem da *Mona Lisa* pode ser transmitida através de inúmeras reproduções, e também através dos recursos virtuais dos tempos contemporâneos, da mesma forma que ocorre com um texto. À parte isto, o que nos interessa neste momento é que, essencialmente, quando o historiador se aproxima da *Mona Lisa*, estará analisando principalmente o seu conteúdo imagético, embora em uma pesquisa ou outra possa ocorrer o tratamento desta fonte – no caso, a *Mona Lisa* original – como objeto material.

Vamos considerar agora as 'fontes sonoras', e um grupo particularmente importante no âmbito destas fontes, que é aquele representado pela 'fonte musical'. A música pode ser transmitida através de partitura, ou realizada em sonoridade através da gravação em CD que concretiza o registro de uma performance específica. Além disso, a Música – e performances específicas de uma determinada música – também pode ser passível de transmissão através de meios virtuais, tal como é extremamente comum nos dias de hoje. Analisar historiograficamente as fontes musicais implica conhecer bem esta linguagem que é a Música – compreender o que é uma escala, um acorde, as formas musicais, os diversos gêneros de música e inúmeros outros aspectos. Mereceria um livro específico a discussão dos elementos dos quais os historiadores precisarão se acerrar nos momentos em que desejarem efetivamente trabalhar com fontes musicais. É preciso conhecer conceitos como o de polifonia, monodia, homofonia, entender o que é a

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

harmonia e como sobre ela pode ser ajustada uma melodia, ou vice-versa. Mas por ora não nos deteremos nestes aspectos, que nos desviariam demais do assunto mais geral proposto por este texto introdutório sobre as fontes históricas.

Quero voltar à categoria mais ampla das ‘fontes de conteúdo’. A grande importância historiográfica do “conteúdo” transmitido por estas modalidades básicas de fontes – sejam elas textuais, visuais ou sonoras – fez com que as denominássemos, na categorização anterior, como ‘fontes de conteúdo’, modificando um pouco a terminologia que já havia sido utilizada na taxonomia proposta por Julio Aróstegui no início do século XXI. Este novo conceito, aqui empregado para ressaltar a distinção entre este universo complexo de fontes e o igualmente grande conjunto das ‘fontes materiais’, parece-nos mais adequado para abordar o problema da vasta complexidade de tipos de fontes históricas na historiografia contemporânea, mesmo com todas as ambiguidades que a expressão possa comportar.

Mencionei ainda as ‘fontes imateriais’, representadas na parte direita do ‘Quadro 1’, que de modo geral são aquelas que não admitem o suporte, ou que dele prescindem muito claramente. Um sistema de gestos, uma festa dramática, um ritual religioso, uma prática que sobrevive milenarmente através de suas repetidas variações, uma outra prática que já foi até mesmo tombada como ‘patrimônio cultural imaterial’... eis aqui alguns exemplos que podem se referir a um tipo de fonte que, rigorosamente falando, não comporta o suporte material. Estas fontes, imateriais por excelência, reatualizam-se a cada momento, e delas podem se valer os historiadores de muitas maneiras, sem que se apresente aqui o suporte, nem obrigatoriamente, nem circunstancialmente. Nada impede, é claro, que alguém filme uma performance de Festa Dramática, e com isso superponha a esta realização específica de uma festa dramática uma nova fonte, audiovisual, que é a mídia onde foi ou será gravada a fonte imaterial. Mas agora teremos de fato uma nova fonte, pontual, visual e sonora ao mesmo tempo, gravada no suporte mídia escolhido. Da mesma maneira, podemos facilmente gravar um comediante performatizando um repertório de anedotas que já fazem parte da cultura popular, e assim por diante. A piada – a fonte imaterial em si, já integrada a um repertório popular de anedotas que circula na sociedade – deve ser distinguida, é claro, da performance específica desta piada que foi gravada pelo pesquisador. Temos aqui, enfim, duas fontes envolvidas, em superposição: a piada circulante – ‘fonte imaterial’ – e a piada performatizada, gravada no registro digital em determinado lugar e data.

Ainda a propósito das ‘fontes imateriais’, quero registrar que o empenho dos governos modernos em registrar o patrimônio coletivo, e tombá-lo com vistas à sua preservação, fez com que muitas Constituições, nos diversos países da atualidade, obriguem ou recomendem a criação de ‘livros de registro’ relativos a estas ‘fontes imateriais’. Para citar o caso do Brasil, foi instituído o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*^{XIII}, e com isso surgiram alguns livros oficiais que buscam colocar por escrito algumas sinalizações e referências relacionadas a estas fontes imateriais. Há o *Livro de Registro dos Saberes*, o *Livro das Formas de Expressão*, o *Livro das Celebrações* e o *Livro dos Lugares*. Conforme se vê, aqui se entrecruzam a produção imaterial e estes novos registros ‘textuais-imagéticos’ que foram elaborados para atender à legislação de preservação do patrimônio cultural. O historiador pode então dispor de fontes que se transmitem de forma oral, prática ou performativa, mas que também se acham registradas em impressos produzidos pelos organismos estatais^{XIV}. Compreender esta duplicidade e superposição de fontes performativas e de fontes imateriais, que podem se referir à mesma realização cultural, é muito importante para os

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

historiadores. Assim – à parte a possibilidade de serem cuidadosamente registradas em fontes impressas e digitais que apenas as replicam parcialmente, seja através de indícios postos por escrito ou de uma performance específica que foi gravada – as fontes imateriais correspondem, de fato, a uma diversidade de realizações culturais em potencial que estão circulando pela sociedade através de inúmeras práticas, transmissões orais e performances específicas^{XV}.

No lado direito do ‘Quadro 1’, situei no campo das ‘fontes imateriais’ tanto aquelas que são conservadas e transmitidas pela prática e pelo hábito (parte de baixo), como aquelas que requerem performances para se manifestarem mais uma vez a cada instante, tais como os ritos religiosos, festas dramáticas, jogos infantis, narrativas de anedotas ou mitologias (parte de cima). Um sistema de gestos, por exemplo, é incorporado quase que automaticamente por aqueles que usufruem desta forma de expressão e modo de comunicação. Aponta-se com o dedo indicador para sugerir certa direção (e não com o dedo anelar ou mínimo). Acena-se de um jeito ou outro para denotar boas-vindas ou dizer adeus. Utiliza-se certa combinação ou disposição dos dedos para sinalizar vitória ou para insultar um oponente. Isto é feito automaticamente por aqueles que pertencem a uma mesma cultura, e os historiadores podem tratar estes vários gestos ou sistemas gestuais como ‘fontes imateriais’ a serem analisadas.

Com relação às fontes imateriais, quero ressaltar que o esquema proposto tenta resolver visualmente alguns problemas difíceis, concernentes à organização gráfica e à complexidade real relacionada ao que são realmente as fontes históricas. Por exemplo, há músicas – tais como as canções de ninar, os cantos de trabalho, as canções folclóricas de modo geral e aquelas pertencentes às tradições rituais e religiosas – que deveríamos localizar neste setor, uma vez que pertencem a uma tradição circulante e imaterial. No entanto, além de constituir um conjunto indefinido de ‘fontes imateriais’, esta produção musical folclórica também faz parte do universo das ‘fontes musicais’ (ou das fontes sonoras). Por causa disso, no esquema proposto (‘Quadro 1’) fizemos com que ficasse atravessado o retângulo relativo às ‘fontes sonoras’, fazendo-o tocar também neste setor à direita do quadro (as ‘fontes imateriais’). Foi uma tentativa de simbolizar essa possibilidade de imaterialidade da música, que de fato ocorre devido à própria natureza da experiência musical, embora a maior parte das realizações musicais efetivas, em geral autorais, possa ser perfeitamente considerada como ‘fontes de conteúdo’, não-verbais’, enquadráveis nas ‘fontes sonoras’.

As ‘fontes materiais’ (1) constituem um capítulo à parte, com muitas implicações, as quais não poderão ser abordadas todas nos limites deste livro. Conforme já foi dito, as ‘fontes materiais’ devem ser compreendidas como aquelas que *são* o próprio suporte (os objetos de cultura material), ou que se valem muito demarcadamente de suportes específicos para transmitir mensagens e conteúdos em diferentes tipos de linguagens, em distintos níveis simbólicos, e integrando variadas funções. As ‘inscrições’, por exemplo, apresentam uma mensagem escrita que se mostra inseparável do seu objeto, e um grafite certamente não faz sentido fora do muro que se tornou seu corpo. Enquanto isso, um poema adquire vida própria fora do livro em que foi publicado pela primeira vez, e pode ser lido em voz alta sem necessitar deste suporte para a sua plena compreensão. De fato, quando ouvimos um poema, é o texto o que realmente importa – a não ser, é claro, no caso muito específico da ‘poesia concreta’, que une o discurso poético a uma certa disposição gráfica que se torna, ela mesma, parte do poema e fornecedora de sentido.

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

Fontes materiais por excelência são os objetos, os utensílios e artefatos, mas também a espacialidade material, tal como o tecido viário através do qual o historiador pode ler a história da cidade, e também os ‘lugares’, nos quais “se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas, como mercados, feiras, santuários e praças” (CASTRO, 2008, p.17). Quero chamar atenção para um problema importante que concerne à análise das ‘fontes materiais’. No caso delas, a forma material é a questão de primeira ordem, além dos materiais concretos que constituem substancialmente a fonte. Isso não quer dizer, contudo, que esta modalidade de fontes não apresente questões ideológicas, simbólicas e discursivas a serem analisadas. Pretendo mostrar isso a partir de alguns exemplos bem simples. O primeiro deles refere-se ao fato de que, nos objetos materiais, a forma e a função acham-se particularmente integradas, de modo que é possível analisar uma a partir da outra, o que é particularmente importante para a análise historiográfica.

Pensemos por exemplo em uma ponte. Este artefato urbano ou rural – ou este “fixo”, para retomarmos uma terminologia proposta pelo geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001) – foi idealizado pelos seres humanos para cumprir uma determinada função, e é assim que as pontes reaparecem inúmeras vezes em realizações específicas que assumem, em cada caso, a forma mais apropriada. A forma abaulada de uma ponte, conforme já discuti em outra oportunidade, pode ser compreendida como a materialização de uma função específica que é a própria razão de ser deste objeto. Melhor dizendo, quando uma fonte possui a forma abaulada, isso se dá para atender à combinação de suas duas funções principais: permitir o trânsito de uma à outra margem do rio, e permitir que, abaixo de si, as embarcações circulem. Se a ponte é de içar, isso significa que, eventualmente, o rio é atravessado por grandes embarcações. Conforme se vê, a mais simples análise da forma de um objeto já permite entrever sua função, pois esta se materializa na própria matéria e formato do objeto. Uma colher foi feita para escavar comida. Um garfo é constituído em seu formato para espetar comida e depois içá-la à boca; da mesma forma que, no formato e nos materiais que constituem uma faca, bem como na presença de um lado cortante, fica muito explícita a sua função de cortar e partir. Os objetos, desta maneira, falam de si mesmos, e de suas funções, através de seus formatos e dos materiais que os constituem. Eles também têm uma história, e devem ser inseridos na série histórica que os redefiniu, além de serem comparados com outros objetos de mesmo tipo presentes na sua contemporaneidade.

As ‘fontes materiais’, a exemplo dos objetos, também falam da ideologia que os justifica e da simbologia que carregam. Não é possível para os indivíduos de inúmeras culturas deixar de olhar para uma coroa – com suas pedras preciosas e seu formato que imita os raios do sol – sem enxergar o simbolismo de poder que ela traz e o ápice de hierarquia que ela representa. Ao olharmos para um exército com muitos uniformes, e identificarmos neles a superposição de medalhas e insígnias de diferentes tipos e cores, também sabemos de imediato que aqueles objetos representam hierarquias, mesmo que não conheçamos exatamente o sistema de sinais neles implicado. As medalhas servem para separar os homens uns dos outros, e agrupar alguns por oposição a outros, terminando por hierarquizá-los. Podemos não conhecer o sistema de condecorações que temos diante de nós, mas somos capazes de reconhecer a sua presença de um só golpe de vista, ao olhar para um desfile militar

Os exemplos são muito simples, mas ilustram o que os historiadores precisam fazer diante das fontes materiais. Precisam olhar para a forma dos objetos e para a sua materialidade, situá-los em um conjunto sincrônico (objetos que com eles conviveram

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

ao mesmo tempo), localizá-los em uma série diacrônica (a série histórica relacionada ao objeto), e daí extrair conclusões sobre a sociedade que os produziu, sobre o simbolismo que neles está envolvido, sobre as funções práticas e sociais que o objeto desempenha, sobre as ideologias e hierarquias que ele denota. As fontes materiais, além disso – como por exemplo o próprio lixo derivado das atividades corriqueiras do dia a dia em qualquer sociedade – são eloqüentes registros de uma vida cotidiana que pulsa nas suas mais diversas atividades, revelando a variedade de hábitos presentes em uma cultura, os padrões de consumo, aquilo de que os indivíduos deixaram no lixo se alimentavam, os tipos de roupas que utilizavam, o seu nível de riqueza no interior de uma sociedade desigual, e mesmos as características pessoais e singulares de cada indivíduo. Não é à toa que, ao apurarem o que existe em uma cena de crime, ou ao investigar a vida pessoal de determinado suspeito, os investigadores criminais costumam dedicar especial atenção ao que foi deixado na lata de lixo. Os historiadores, à sua maneira, também costumam fazer isso. Mas o seu lixo costuma ser constituído pelos objetos arqueológicos deixados debaixo da terra, pois estes frequentemente são o lixo que foi deixado por sociedades e antigas civilizações que já desapareceram. Não obstante, mesmo ao analisar o lixo deixado em sua cidade no tempo presente, um historiador pode tirar importantes conclusões e fazer verdadeiros inventários de uma vida material e cotidiana.

No ‘Quadro 1’, situei ainda, no interior do sombreado pertinente às ‘fontes materiais’, uma categoria de fontes que começou a ser muito considerada pelos historiadores a partir do século XX, e que chamei de ‘fontes naturais’. Uma paisagem, um campo de cultivo, a natureza interferida pelo ser humano, passaram a ser possibilidades importantes de fontes históricas para os historiadores modernos. No esquema, podemos ver que os fósseis constituem fontes peculiares: situam-se a meio caminho das fontes naturais e dos objetos de cultura material. Os ossos e crânios humanos, por exemplo, costumam ser transformados em objetos de museu, e ali poderão ser consultados ou servir de estudo e entretenimento para olhares curiosos. Da mesma maneira, o organismo que é fossilizado – o esqueleto de um dinossauro, por exemplo – torna-se depois um objeto de cultura material exposto no mesmo museu. Podemos lembrar ainda que os ossos de animais também podem ser transformados pelos seres humanos em armas ou utensílios, de modo que, ao olhar para um osso fossilizado, devemos entender a possibilidade de pensar nele como um resíduo da natureza ou como um resíduo cultural. Devemos enxergar no osso a Natureza e o Homem, bem como a sua interação. De modo inverso, o objeto de cultura material produzido por uma civilização antiga – um machado, uma roda, um arco com suas flechas – pode retornar ao mundo material da natureza, e depois, séculos mais tarde, pode ser finalmente resgatado das camadas de terra que o separam de nós para ser catalogado arqueologicamente – gerando, então, uma imagem em um ‘catálogo’, que constitui simultaneamente um texto escrito e imagético. Depois de ser filmado, fotografado, medido, anotado e registrado arqueologicamente no que concerne às suas características, circunstâncias e posição no sítio em que foi encontrado, o objeto pode ser depois conduzido a um museu, onde terminará por ter um destino similar ao esqueleto do dinossauro.

No ‘Quadro 1’, situei no âmbito das ‘fontes de conteúdo’ uma modalidade atravessada entre as ‘fontes verbais’ e as ‘fontes não-verbais’. As ‘fontes complexas’, também disponíveis aos historiadores, referem-se a combinações que não podem ser desconsideradas. Temos fontes que constituem imbricamentos entre duas categorias – como a cerâmica, que é objeto de cultura material mas também é fonte imagética – ou

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

entre muitas categorias, como o Cinema, que nos oferece o caso exemplar de uma fonte que agrega um universo de realizações que inclui a linguagem verbal, imagética e sonora. Obra necessariamente coletiva – tanto em sua produção como em sua recepção – e multidiscursiva, incorporando todas as demais artes e um grande número de práticas tecnológicas, o Cinema também produz registros em suportes diversos: o roteiro que sintetiza a obra e a prepara para a performance, o filme que se mostra como produto final e depois atinge as telas para exibição coletiva, a película original e o DVD que a multiplicará em objetos culturais vendáveis, o arquivo virtual que poderá circular pela internet e em aplicativos variados, fora toda a cultura material produzida nas filmagens através de aspectos como a indumentária e cenografia, ou ainda o material posteriormente elaborado para a divulgação e apresentação do espetáculo cinema (cartazes, folhetos, óculos 3D). O Cinema é a complexidade por excelência. Onde situá-lo, para adequá-lo a um esquema mais simples?

Por fim, em um pequeno triângulo à parte (4), situamos as ‘fontes virtuais’. Geradas pela Internet, as fontes virtuais podem conduzir textos e imagens, e haverá um momento em que talvez se tornem aptas a conduzir informações que permitam a “impressão” de um objeto de três dimensões. Quando um site expõe virtualmente um texto, estamos diante da fonte virtual, mas também da fonte textual que a nós se apresenta e que, facilmente, poderia ser reconduzida às páginas de um livro impresso. Podemos vislumbrar no mesmo site a imagem de uma pintura de Leonardo da Vinci ou de Pablo Picasso, e também poderemos tê-las no instante seguinte se apertarmos o comando que aciona a impressora ligada ao computador. No universo tecnológico atual, enfim, é possível um trânsito imediato entre o virtual e o impresso, e deste àquele, através do recurso de scanner. Se aderirmos à imaginação da ficção científica, talvez se torne mesmo possível o trânsito entre o material e o virtual – e o registro rigoroso da combinatória de padrões que constituem um indivíduo vivo poderá um dia se abrir a possibilidades como o teletransporte, no qual o material se transforma em virtual e depois é reconvertido ao seu estado material de origem. As fontes virtuais, desta maneira, constituem um caso à parte porque ampliam as possibilidades de conversão e reconversão de fontes textuais, sonoras, imagéticas, materiais e mesmo naturais.

Para dar um último exemplo, e agora retornar ao âmbito das ‘fontes materiais’, podemos considerar que o traçado de uma cidade – com suas ruas e avenidas, e com todos os objetos que se erguem sobre o plano urbano – constitui um imenso objeto de cultura material que, como tal, pode ser analisado pelos historiadores. Através da sua polifonia de objetos vindos de muitos tempos distintos, a cidade nos conta muitas histórias, apresentando-se ao historiador como fonte material. Mas ela também é o próprio ambiente em que o historiador vive. A cidade pode ser vista como um grande objeto material, infinitamente complexo e desdobrado, mas também como um ambiente, ou ainda como uma macro-fonte para a compreensão da história ambiental, imbricando-se ao ambiente natural que entra por dentro dela e que, junto à materialidade produzida pelos próprios seres humanos, também a constitui. O ‘Quadro 1’, enfim, procurou apenas retratar uma complexidade, e não resolvê-la.

A partir deste momento, poderíamos desdobrar novas classificações e possibilidades de diferentes tipos de fontes históricas. As fontes materiais e imateriais geram cada quais suas novas divisões de categorias. Podemos lembrar, por exemplo, a impressionante variedade de diferentes tipos de fontes históricas que é abrigada apenas no interior da categoria das ‘fontes textuais’, que atrás apresentamos como uma categoria especial entre as ‘fontes de conteúdo’, a qual tem sido de longe, até o dia de

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

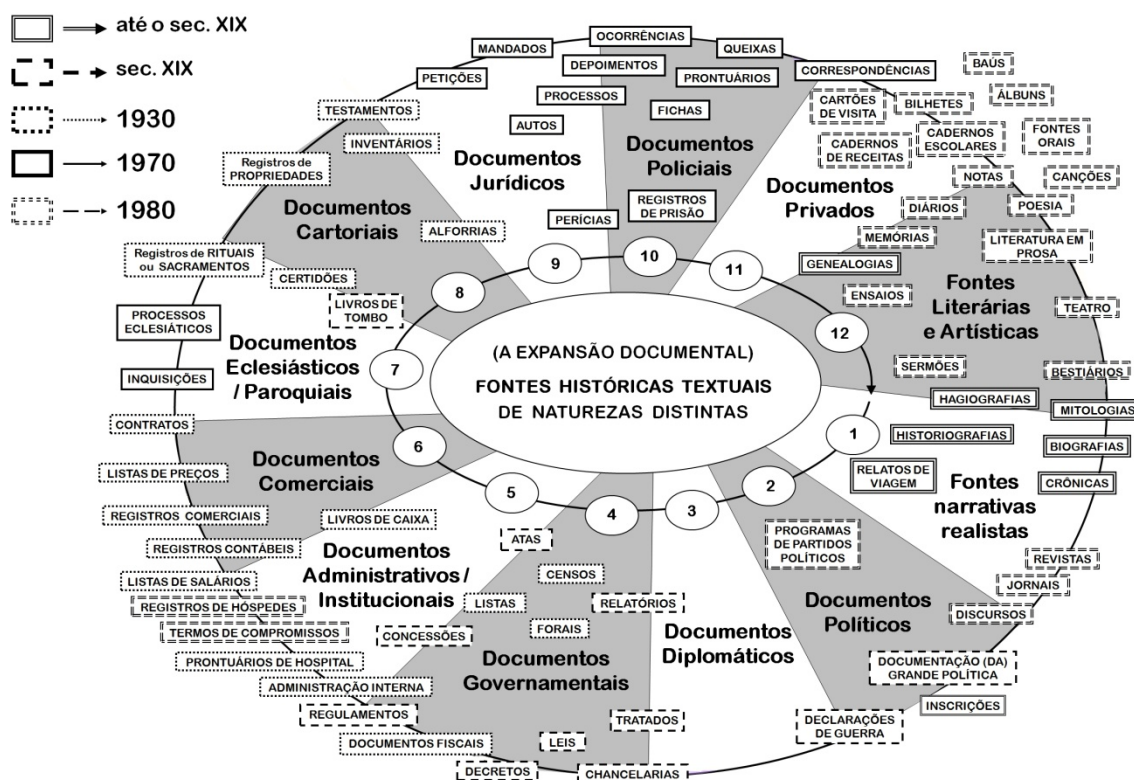
hoje, a mais utilizada pelos historiadores: a 'fonte textual'. Como dissemos, as 'fontes textuais' são as fontes verbalizadas que encontraram registro em alguma linguagem escrita (pois também poderíamos pensar em fontes verbalizadas orais, transmitidas exclusivamente através da fala). No entanto, entre os textos escritos ('fontes textuais'), existe uma imensa variedade de diferentes gêneros textuais que implicam, cada qual, seus próprios padrões de lidar com a linguagem, seus próprios objetivos e funções, bem como diferenciados tipos de leitores que são atingidos por cada um destes gêneros. Penetramos, aqui, em um novo critério, a *natureza do texto*, ou o que convencionaremos chamar *gênero do discurso*.

Não será o objetivo deste texto inicial, apenas introdutório, discutir cada um destes diferentes gêneros textuais. Mas podemos de antemão sinalizar que, de fato, as fontes textuais das quais se pode valer um historiador abarcam um grande conjunto de possibilidades: crônicas, narrativas, poemas, literatura de ficção, prosa moralística, obras historiográficas, ensaios, tratados técnicos – somente para citar algumas dentre aquelas que habitualmente se prestam mais à análise qualitativa do que à serialização – bem um grande número de outros tipos de fontes que podem ser encontradas nos arquivos, tais como textos legislativos, registros cartoriais ou paroquiais, testamentos, inventários, processos judiciais, documentos comerciais, jornais, e tantos outros. Enfim, tem-se aqui toda uma rica diversidade de tipos de documentos e fontes textuais que, apesar de tão diferentes uns dos outros, têm em comum a utilização da linguagem escrita (e não a falada, a pictórica, etc...).

Posto isto, é preciso considerar que – apesar deste ponto em comum que é o suporte fundado no discurso transmitido através da escrita – cada tipo de fonte textual apresenta um sistema de comunicação que lhe é próprio, e que não pode ser imprudentemente confundido com os demais. A linguagem poética, por exemplo, é radicalmente distinta da linguagem legislativa. Além disto, um e outro destes gêneros textuais podem atender a objetivos bem específicos: enquanto o objetivo da poesia é entreter ou comover (e outras coisas mais) – a partir de um código muito especial que é o do discurso poético, e através de uma forma baseada em estrofes e versos – já o objetivo de um documento legislativo é regulamentar a vida jurídica, para o que se requer um discurso com um certo tipo de precisão e objetividade, ao mesmo tempo que carregado de certa dose de solenidade e hermetismo jurídico. Do mesmo modo, a prosa de ficção irá se distinguir de uma crônica com pretensões historiográficas, ou mais ainda de um registro da administração pública. E assim, cada gênero textual é bem diferente um do outro, embora todos os tipos de textos possam estar localizados naquela categoria que, no quadro anterior, chamamos de 'fontes textuais'.

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS



Quadro 2. Fontes Textuais (BARROS, 2019, p.95)^{XVI}.

Em vistas das suas diversas especificidades, pode-se dizer que cada gênero de discurso requer uma abordagem singular, que não necessariamente é válida para os demais. Por isto, como uma operação historiográfica importante, enfatiza-se a necessidade de classificar o documento quanto ao gênero – com o que já estaremos imediatamente refletindo sobre a singularidade de sua linguagem. Não poderemos discorrer neste momento sobre esta imensa variedade que é constituída pelos diferentes gêneros de ‘fontes textuais’. Não obstante, apenas para finalizar este texto com um quadro que expõe essa instigante diversidade à disposição dos historiadores, deixamos aqui um segundo quadro para reflexão e posterior aproveitamento (Quadro 2). Uma discussão em detalhe sobre cada um dos gêneros nele expostos pode ser encontrada em uma obra que poderá aprofundar consideravelmente este estudo sobre as fontes históricas – o livro *Fontes Históricas – introdução aos seus usos historiográficos* (BARROS, 2019), sendo oportuna ainda a leitura da continuação deste livro: *A Fonte Histórica e seu Lugar de Produção* (BARROS, 2020). Além disso recomendamos a leitura de algumas boas coletâneas sobre os diversos tipos de fontes históricas (PINSKY, 2005; PINSKY e LUCA, 2009).

Notas

¹ Professor-Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História. Professor-Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

^{II} Neste texto, assim como em outros nos quais discorro sobre historiografia – aqui compreendida como as pesquisas e textos de história elaborados pelos historiadores – costumo seguir uma convenção. Grafarei com “h” minúsculo a palavra “história” quando estiver me referindo ao conjunto de processos e acontecimentos que aconteceram em algum momento, através de um fluxo temporal no qual nós mesmos estamos mergulhados. E grafarei “História” com letra inicial maiúscula quando estiver me referindo ao trabalho e às realizações dos historiadores, ou ao que, mais tecnicamente, chamamos de “historiografia” (escrita da história). Neste sentido, podemos dizer que a História pesquisa e reflete sobre a história. Um dos poucos campos de saber nos quais existe esta confluência exata entre o nome do campo científico e aquilo que ele estuda, aliás, é precisamente a História. Assim, enquanto a Astronomia estuda os corpos celestes (as estrelas, planetas, asteróides, etc), e enquanto a Geologia estuda os materiais que compõem a crosta terrestre, já a História estuda a própria história.

^{III} O que possibilita este curioso fenômeno conforme o qual, ao olhar o céu, enxerguemos na verdade o passado, é a própria velocidade da luz. Uma vez que as estrelas estão muito distanciadas de nós, a luz por elas emitida leva muitos e muitos anos-luz para chegar até nosso planeta, variando conforme a sua distância. Estrelas que podemos enxergar a olho nu emitem uma luz que só chega até nós depois de viajar algumas centenas de anos no espaço; mas algumas das estrelas que só podemos enxergar através de potentes telescópios estão tão distanciadas de nós, que só enxergamos o que elas eram há milhões de anos atrás. De fato, algumas dessas estrelas talvez até já tenham se extinguido há muito tempo atrás.

^{IV} A recente ampliação da extensão da História através do recurso às novas fontes genéticas e um número cada vez maior de fontes arqueológicas, terminando por conseguir abarcar o todo o período de vida humana sobre a Terra, obriga-nos hoje a que – preferencialmente à noção de “pré-história – façamos referência a este passado humano mais remoto nos termos mais técnicos de períodos “paleolítico” e “neolítico”.

^V É importante se ter em vista, acompanhando uma reflexão importante de François Furet (1927-1997), que “de uma maneira geral, os arquivos europeus foram constituídos e classificados no século XIX segundo procedimentos e critérios que refletem as preocupações ideológicas e metodológicas da história dessa época: predominância dos valores nacionais e, em consequência, prioridade dada às fontes político-administrativas” (FURET, 1980, p.53).

^{VI} Como uma última observação importante, é oportuno entender que, além de se problematizar o processo histórico examinado, a própria fonte precisa ser, ela mesma, problematizada. Dito de outra forma, cada fonte histórica que se apresenta ao historiador precisa ser analisada em seu “lugar de produção” – isto é, no interior do lugar-tempo e do contexto social que a produziu. Esta questão foi bem examinada em BARROS, 2020.

^{VII} “Nada supre [a ausência] de documentos; onde não há documentos, não há história” (SEIGNOBOS e LANGLOIS, 1946, p.15) [original: 1898].

^{VIII} Outro exemplo de historiador que parece ter deixado escapar esta antiga concepção sobre o documento histórico, talvez já tardiamente, foi Louis Halphen (1880-1950), autor de um manual que tanto foi criticado por Lucien Febvre como por Fernand Braudel. Neste velho manual, podemos ler a certa altura as seguintes palavras: “Basta deixar-se de algum modo levar pelos documentos, lidos um após o outro, tal como se nos oferecem, para ver a corrente dos fatos se reconstituir quase automaticamente” (HALPHEN, 1946, p.50). Este trecho do manual de Louis Halphen foi mordazmente criticado por Lucien Febvre em uma resenha incorporada à coletânea *Combates pela História* (1953). Posteriormente, seria mais uma vez criticado por Fernand Braudel em seu artigo “A Longa Duração”, publicado na Revista dos Annales em 1958. O artigo está incluído na coletânea *A Escrita da História* (BRAUDEL, 1978, p.46).

^{IX} Mais tarde, autores como Michel de Certeau (1974) e Jacques Le Goff (1984) também chamariam atenção para a necessidade de se compreender que a constituição de certos textos em documentos, e sua guarda em arquivos construídos para este fim, configuram escolhas políticas de uma sociedade que devem ser bem decifradas pelos historiadores para não se situarem de maneira ingênua diante da documentação. Assim, para Le Goff, é preciso compreender o próprio documento como “monumento”, como “produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham poder” (1990, p.536).

^X Uma taxonomia importante sobre as fontes históricas foi produzida pelo historiador espanhol Julio Aróstegui em seu tratado *A Pesquisa Histórica* (2006).

^{XI} https://www.researchgate.net/publication/343167460_Uma_taxonomia_para_as_Fontes_Historicas_BARROS_2019.

FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

^{XII} Um “exemplar”, na linguagem científica, é um caso específico ou objeto singular que, não obstante as suas características próprias específicas, funciona muito bem para exemplificar os aspectos comuns a todo um grupo de fenômenos ou situações, sendo também um exemplo claro e indiscutível que possibilita a compreensão imediata de uma lei mais geral, de um conceito mais amplo, de uma peculiaridade que precisa ser explicada. O exemplar pode funcionar como um paradigma em uma explicação, pois dele podemos aproximar outros objetos e fenômenos por comparação.

^{XIII} Decreto nº 3.551/2000

^{XIV} “Em 20 de dezembro de 2002, o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras foi o primeiro bem cultural catalogado no Livro de Registros de Saberes, por solicitação da Associação de Paneleiras de Goiabeiras e da Secretaria Municipal de Cultura de Vitória, com o objetivo de preservar o saber tradicional relacionado à fabricação artesanal de painéis de barro em Goiabeiras Velha, Vitória (ES)” (CASTRO, 2008, p.17).

^{XV} Assim, o *Livro dos Saberes* – registro escrito e oficial do patrimônio nacional brasileiro no que concerne “aos conhecimentos modos de fazer” – pode registrar passo a passo a receita do pão de queijo, ao mesmo tempo em que um DVD pode registrar a filmagem de uma festa dramática ou de um rito religioso. Entretanto, a fonte imaterial propriamente dita não é a receita, mas o próprio modo de fazer o pão de queijo, e o Bumba meu Boi é a festa dramática em si mesma, e não aquela performance mais específica que ocorreu em um dado momento e lugar, encontrando-se agora registrada em um DVD.

^{XVI} O quadro aqui apresentado, originalmente em cores, pode ser encontrado no site a seguir indicado: https://www.researchgate.net/publication/328077964_A_Expansao_Documental.

Bibliografia

ARÓSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica*. Bauru: EDUSC, 2006 [original: 1995].

BARROS, José D'Assunção. *A Fonte Histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas – introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BARROS, José D'Assunção. *Espaço, História, Geografia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [original publicado: 1949, póstumo] [original de produção do texto: 1941-1942].

BLOCH, Marc. *Les Caracteres Originaux Le l'Histoire Rurale Française*. Paris: A. Colin, 1931.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978 [original: 1969].

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes, 1984 [original: 1949; edição ampliada: 1966].

CASTRO, Celso. *Pesquisando em Arquivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CERTEAU, Michel De. “A Operação Historiográfica” In *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p.65-119 [original: 1974].

CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros – leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UNB, 1994 [original: 1992].

CHARTIER, Roger. “Textos, impressos, leituras” In *A História Cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990 [original: 1982].

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989 [original: 1953].

**FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO
TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS**

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

- FURET, François. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1991 [original: 1982].
- HALPHEN, Louis. *Introduction à l'Histoire*. Paris: PUF, 1946.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990. p.535-549 [original: 1984].
- MANGEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [original: 1996].
- PINSKY, Carla B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PINSKY, Carla B. e LUCA, Tânia (orgs.). *O Historiador e as Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- SEIGNOBOS, C. e LANGLOIS, C. (1946). *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença [original: 1897].